



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

31 de maio de 2016

SEPN 505, Bl. B - Ed. Marie Prendi Cruz, Sala CT-01

Presentes

Nome	Instituição	Função
Ana Luiza Champloni	Ministério da Fazenda	Titular
Edel Tenório	Conselho Nacional das Populações Extrativistas	Titular
Elcio Severino da Silva Manchineri	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	Titular
Luz Marilda de Moraes Maciel	Secretaria de Governo da Presidência da República	Titular
Magaly Medeiros	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre	Titular
Maurício Philipp	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso	Titular
Sidney Medeiros	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Titular
Thelma Krug	Ministério do Meio Ambiente	Titular - Presidência
Elizabeth Ivete Sherrill	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	Suplente (na ausência do titular)
Luiz de Andrade Filho	Ministério das Relações Exteriores	Suplente (na ausência do titular)
Mariana B. M. P. Sade	Casa Civil da Presidência da República	Indicada para participar da reunião
Carlos Eduardo Rittl Filho	Observatório do Clima	Suplente (na presença do titular)
Leticia Guimarães	Ministério do Meio Ambiente	Suplente (na presença do titular)
Letícia Rangel Turra	Grupo Carta de Belém	Suplente (na presença do titular)
Luís Henrique Piva	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas	Suplente (na presença do titular)
Ronaldo Jorge da Silva Lima	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará	Suplente (na presença do titular)



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Alcilene Freitas	SEMA-MT	Observadora
Brenda Brito	Imazon	Observadora
Christian Lauerhass	KfW	Observador
Daniel Rossi	BNDES	Observador
Danilo Tenfen	Grupo Fundação Boticário	Observador
Juliana Santiago	BNDES	Observadora
Lena Bretas	Embaixada da Alemanha	Observadora
Priscilla Santos	Embaixada da Noruega	Observadora
Raoni Rajão	UFMG	Observador
Renata Vieira	UNB	Observadora
Simone Montenegro	Acre	Observadora
Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente	Secretaria Executiva
Antonio Carlos Martinez Sanches	Ministério do Meio Ambiente	Secretaria Executiva
Monique Ferreira	Ministério do Meio Ambiente	Secretaria Executiva
Rafael Brito Pereira	Ministério do Meio Ambiente	Secretaria Executiva

8

9 **Abertura**

10

11 A primeira reunião extraordinária da CONAREDD+ teve início às nove horas e quarenta
12 e seis minutos do dia trinta e um de maio de 2016.

13 Thelma Krug, representante titular do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Presidente
14 da Comissão, deu as boas-vindas e apresentou a agenda da reunião.

15

Horário	Tema
09h30	Abertura
09h45	Aprovação da ata da 1ª reunião ordinária
10h00	Apresentação de informes pela Secretaria Executiva Diálogos sobre a ENREDD+: Resultados da Pesquisa de Opinião
10h30	Apresentação do Programa REDD+ for Early Movers Christiane Ehringhaus, Coordenadora do Programa REM KfW - Banco Alemão para o Desenvolvimento



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

12h00	Almoço
13h00	Deliberação sobre procedimento para a instituição de Câmaras Consultivas Temáticas
14h00	Deliberação sobre a criação da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
15h00	Deliberação sobre a criação da Câmara Consultiva Temática sobre Pacto Federativo
16h00	Deliberação sobre a criação da Câmara Consultiva Temática sobre Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis
17h00	Encaminhamentos
17h30	Encerramento

16

17 Ata da 1ª Reunião Ordinária

18

19 Thelma Krug (MMA) consultou os membros sobre a Ata da 1ª reunião da CONAREDD+,
20 se haveria mais alguma consideração a respeito do documento.

21 Mariana B. M. P. Sade, representante indicada pela Casa Civil da Presidência da
22 República (CC), sugeriu que o nome dos presentes e local da reunião fosse listado no
23 início das Atas.

24 Thelma Krug (MMA) concordou e acrescentou que também poderiam ser incluídos os
25 nomes de membros ausentes que houvessem justificado tal ausência. A Ata foi então
26 aprovada.

27

28 Informes da Secretaria Executiva

29

30 Thelma Krug (MMA) ressaltou a importância do trabalho realizado na 1ª reunião
31 ordinária, que culminou com a aprovação do Regimento Interno. A seguir, introduziu a
32 seção de informes da Secretaria Executiva.

33 Monique Ferreira, integrante da Secretaria Executiva da CONAREDD+ (MMA),
34 apresentou o Boletim Informativo REDD+ Brasil, que havia sido circulado previamente
35 aos presentes. O Boletim traz atualizações mensais sobre os avanços na implementação
36 da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e os últimos desenvolvimentos de REDD+



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

37 no contexto internacional. Ele será encaminhado por volta do dia 20 de cada mês. Os
38 interessados poderão acessar este endereço para cadastrarem-se:
39 <http://goo.gl/cyaNr9>.

40 Carlos Rittl, do Observatório do Clima (OC), representante suplente da sociedade civil
41 organizada indicado pelo Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima (FBMC), sugeriu que
42 o Boletim poderia incluir também notícias sobre a atuação dos Estados e da sociedade
43 civil nos temas relevantes. Thelma Krug (MMA) afirmou que a sugestão seria
44 considerada.

45 Thelma Krug (MMA) apresentou o ponto seguinte, sobre a Estratégia do Programa de
46 Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros. O documento, lançado no mês de
47 maio, traz detalhes sobre a governança e a estrutura do Programa. A finalidade é
48 expandir as ações de monitoramento que já vêm sendo realizadas no bioma Amazônia
49 para o restante do território nacional. O Brasil pretende concluir um Nível de Referência
50 de Emissões Florestais (FREL, por sua sigla em inglês) para o Cerrado até 2017 e coletar
51 dados para preparar submissões à Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC, por
52 sua sigla em inglês) abordando outros biomas de acordo suas especificidades.

53 O Programa articula iniciativas do MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
54 Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
55 (MCTI), Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), Empresa Brasileira de Pesquisa
56 Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e
57 Abastecimento (MAPA), dentre outros. As atividades de monitoramento incluirão
58 desmatamento, dinâmica de uso da terra, queimadas e as emissões associadas,
59 provendo importantes insumos para os relatos brasileiros no âmbito da UNFCCC. A
60 iniciativa visa reforçar a articulação interinstitucional e racionalizar a aplicação de
61 recursos na área. O documento apresenta quadro com a disponibilidade de recursos
62 para as iniciativas em curso e as planejadas. O MMA ainda busca parcerias com doadores
63 para viabilizar o Programa em sua totalidade.

64 Carlos Rittl (OC) observou que a sociedade civil não foi envolvida de maneira satisfatória
65 durante o processo de elaboração do FREL da Amazônia. Afirmando que seria
66 interessante a realização de um seminário sobre o FREL Cerrado para que o mesmo não
67 se repetisse.

68 Thelma Krug (MMA) agradeceu a sugestão e esclareceu que o reduzido prazo para a
69 submissão do FREL da Amazônia à UNFCCC acabou prejudicando o debate naquela
70 oportunidade. Afirmou que a sugestão seria acatada e que a participação de todos os
71 atores interessados seria importante.

72 Thelma Krug (MMA) discorreu sobre a alteração do Decreto 6.527/2008 sobre o Fundo
73 Amazônia (FA). A expansão da atuação para do FA para a Amazônia Legal, que engloba
74 quase 50% da área do Cerrado, foi um ponto digno de destaque. O MMA trabalhou por



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

75 uma revisão mais ambiciosa do normativo, que fosse capaz de alinhá-lo plenamente às
76 decisões acordadas até o presente no âmbito da UNFCCC, o que não foi possível.

77 Carlos Rittl (OC) questionou se o Decreto havia alterado a governança, se haveria
78 conciliação ou sobreposição com o mandato da CONAREDD+.

79 Thelma Krug (MMA) afirmou que não houve alteração de governança no FA e
80 reconheceu que há alguma sobreposição de papéis da CONAREDD+ e das instâncias de
81 governança do Fundo Amazônia. Houve certo receio por parte de doadores do FA sobre
82 algumas propostas de mudanças e não houve tempo hábil para que essas posições
83 fossem devidamente negociadas. Esses pontos terão de ser retomados futuramente.

84 Carlos Rittl solicitou que na próxima reunião da CONAREDD+ seja apresentada aos
85 membros da Comissão a sobreposição entre os papéis dos Comitês do Fundo Amazônia
86 e da CONAREDD+, a partir da publicação do Decreto nº 8.773/2016, e encaminhamentos
87 para solução dos conflitos entre papéis das duas instâncias.

88 Thelma Krug (MMA) disse que isso será elemento para a pauta de uma próxima reunião
89 e que as conversas com os doadores e com o Banco Nacional de Desenvolvimento
90 Econômico e Social (BNDES) terão continuidade.

91 Luiz de Andrade Filho, representante suplente indicado pelo Ministério das Relações
92 Exteriores (MRE), discorreu sobre a Conferência sobre Mudança do Clima realizada em
93 Bonn, Alemanha, no mês de abril. A 44ª seção do Órgão Subsidiário para Orientação
94 Científica e Tecnológica e do Órgão Subsidiário para Implementação da UNFCCC teve
95 como foco os processos necessários para viabilizar a implementação do Acordo de Paris.
96 Os países foram convidados a preparar e a submeter propostas para subsidiar essas
97 discussões.

98 Luiz de Andrade Filho (MRE) destacou ainda a participação do Brasil, que recebeu
99 avaliação positiva, no 1º Facilitative Sharing of Views (FSV) (Oficina para o
100 compartilhamento de impressões, em tradução livre). O evento é a segunda e última
101 etapa do processo de Consulta e Análise Internacionais (ICA, por sua sigla em inglês)
102 referente ao Relatório Bienal de Atualização (BUR, por sua sigla em inglês); a primeira
103 etapa consiste na análise técnica do documento. Outro destaque foi referente ao
104 estágio avançado do Acordo de Paris no processo legislativo que visa obter sua
105 ratificação no ordenamento jurídico brasileiro.

106 Leticia Guimarães, representante suplente indicada pelo MMA, complementou com fala
107 sobre a reunião voluntária dos Pontos Focais para REDD+ perante a UNFCCC. O Brasil
108 realizou breve apresentação sobre a implementação do Marco de Varsóvia para REDD+.
109 O principal ponto abordado na reunião foi a operacionalização por parte do Fundo Verde
110 para o Clima (GCF, por sua sigla em inglês) dos pagamentos por resultados de REDD+,
111 com países latino-americanos apresentando uma declaração ao GCF com suas posições



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

112 sobre a matéria. Esclareceu ainda que o Brasil já vem trabalhando na elaboração de uma
113 proposta ao GCF para pagamentos por resultados de REDD+, enquanto aguarda a
114 definição dos processos operacionais pelo Fundo.

115 Carlos Rittl (OC) questionou se o Brasil havia apresentado uma versão atualizada do BUR
116 de 2014 no FSV e se a apresentação realizada por Leticia Guimarães estava disponível
117 na internet.

118 Luiz de Andrade Filho (MRE) esclareceu que o evento consistiu em rodadas de perguntas
119 e respostas acerca do documento apresentado em 2014.

120 Leticia Guimarães (MMA) afirmou que a apresentação realizada estava disponível no
121 site REDD+ Brasil.

122 Carlos Rittl (OC) salientou que o GCF tem escopo mais amplo do que REDD+ e indagou
123 sobre como será estruturado o processo de construção do programa de país do Brasil.

124 Thelma Krug (MMA) repassou a pergunta para Marco Aurélio Araújo, representante
125 suplente indicado pelo Ministério da Fazenda.

126 Marco Aurélio Araújo (MF) afirmou que o estágio atual está focado na definição da
127 governança para o GCF no âmbito do governo federal e no acompanhamento dos
128 processos para o credenciamento de entidades financeiras nacionais, BNDES e Caixa
129 Econômica Federal. Num segundo momento a sociedade civil deverá ser envolvida para
130 as discussões sobre a definição do programa-país.

131 Carlos Rittl (OC) salientou o desejo da sociedade civil por participar desse processo.

132 Thelma Krug (MMA) deu continuidade aos informes com fala sobre o Grupo de Trabalho
133 Técnico sobre REDD+ (GTT REDD+). O foco do grupo nas últimas reuniões tem sido o
134 bioma Cerrado.

135 Elisabeth Ivete Sherrill, representante suplente indicada pelo MCTI, questionou se o GTT
136 REDD+ seguirá reportando-se à CONAREDD+, cabendo a Comissão aprovar as
137 submissões.

138 Leticia Guimarães (MMA) esclareceu que o GTT REDD+ integraria, inicialmente, a
139 estrutura de gestão da CONAREDD+, mas houve entendimento na Comissão de que o
140 GTT REDD+ estaria fora da estrutura, apesar de apoiá-la com subsídios. Afirmou ainda
141 que o Grupo tem caráter independente e técnico e que o MMA oferece apoio para seu
142 funcionamento. Os documentos elaborados passarão necessariamente por apreciação
143 da CONAREDD+ antes de serem encaminhadas à UNFCCC.

144 Thelma Krug (MMA) acrescentou informando que o GTT REDD+ tem uma composição
145 estabelecida com especialistas de instituições de referência, como o Serviço Florestal
146 Brasileiro e o Inpe, mas que também conta com representantes externos ao governo



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

147 federal. Além de convidar poder contar com outros especialistas de acordo com o tema
148 que será discutido.

149 Thelma Krug (MMA) frisou que o FREL do Cerrado terá de trazer dados consistentes com
150 os apresentados no 3º inventário brasileiro de emissões de gases de efeito-estufa. Um
151 dos pontos que será compatibilizado é a definição da área de florestas no bioma.
152 Ressaltou ainda a necessidade de se compatibilizar os diversos esforços em curso e seus
153 produtos, inventário de emissões, comunicações para a Organização das Nações Unidas
154 para Agricultura e Alimentação etc. Nesse sentido, o MCTI apresentará os fatores de
155 emissão utilizados no 3º inventário na próxima reunião do GTT REDD+.

156 Carlos Rittl (OC) observou que o Brasil trabalha com 3 linhas de referência para a
157 Amazônia, uma para o FA, uma para a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)
158 e outra para REDD+. Seria interessante que o mesmo não se repetisse no Cerrado. Por
159 fim, questionou se haverá um esforço para harmonizar a linha de referência prevista
160 para o bioma na PNMC com o FREL.

161 Thelma Krug (MMA) afirmou que o FREL traz dados mais sólidos e deve apresentar a
162 ciência mais atualizada.

163 Leticia Guimarães (MMA) esclareceu que as diferentes linhas atendem a diferentes
164 propósitos, específicos.

165 Carlos Rittl (OC) reconheceu que houve evolução técnica na definição das linhas ao
166 longo do tempo.

167 Thelma Krug (MMA) afirmou que o Brasil foi o único país a submeter um FREL dinâmico.
168 Em virtude da redução drástica na taxa de desmatamento amazônico, isso trará
169 implicações para os resultados de redução de emissões produzidos pelo Brasil no futuro,
170 haverá redução considerável. Isso precisará ser ponderado, visto que o País necessita
171 manter as políticas públicas que viabilizam a redução do desmatamento e os recursos
172 de REDD+ serão importantes para apoiá-las.

173 Leticia Guimarães (MMA) apresentou uma primeira versão para a nova seção do site
174 REDD+ Brasil, Information Hub Brasil, que apresentará os resultados de REDD+ mais
175 recentes do Brasil. As finalidades são evitar dupla contagem e duplo pagamento e dar
176 transparência aos dados sobre novos resultados ao longo do período em que eles ainda
177 não tiverem completado o ciclo para obter reconhecimento perante a UNFCCC. O ciclo
178 pode levar até 2 anos e culmina com a inclusão dos dados no Lima REDD+ Information
179 Hub. Além de oferecer transparência, a iniciativa visa atender aos anseios de doadores
180 que tenham preferência por realizar pagamentos com base em resultados mais
181 recentes.

182 Carlos Rittl (OC) questionou como são contabilizados os dois anos para o
183 reconhecimento perante a UNFCCC.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

184 Leticia Guimarães (MMA) esclareceu que esse ciclo contabiliza todos os prazos para a
185 avaliação das submissões desde o envio do FREL até a conclusão da avaliação do BUR.

186 Thelma Krug (MMA) fez mais algumas observações sobre esclarecimentos que foram
187 necessários quando do processo de avaliação do FREL Amazônia no âmbito da UNFCCC,
188 referentes à cobertura de nuvens, a opção pelo recorde de bioma e a taxa de
189 desmatamento do Prodes.

190 Maurício Philipp, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso
191 (Sema/MT), representante dos estados indicado pela Associação Brasileira de Entidades
192 Estaduais de Meio Ambiente (Abema), questionou se a metodologia para repartição dos
193 benefícios associados aos pagamentos por resultados de REDD+ já havia sido definida.

194 Thelma Krug (MMA) afirmou que isso será objeto de deliberação por parte da
195 CONAREDD+.

196 Maurício Philipp (MT) questionou ainda se o carbono presente no solo do Cerrado seria
197 contabilizado nas submissões referentes ao bioma.

198 Thelma Krug (MMA) respondeu afirmativamente, esclarecendo que este reservatório já
199 consta nos inventários do Brasil e que os únicos reservatórios passíveis de não inclusão
200 em um FREL são os de baixa relevância comprovada.

201 Antonio Sanches, integrante da Secretaria Executiva da CONAREDD+ (MMA), fez breve
202 apresentação sobre os resultados da pesquisa de opinião referente ao processo
203 “Diálogos com a sociedade sobre a ENREDD+”.

204 Letícia Turra, do Grupo Carta de Belém (GCB), representante suplente da sociedade civil
205 organizada indicada pelo FBMC, questionou se o assunto seria pautado em uma próxima
206 reunião da CONAREDD+ e reiterou o interesse da sociedade civil em contribuir para o
207 processo.

208 Leticia Guimarães (MMA) respondeu afirmativamente e ressaltou que a contribuição
209 será bem-vinda. Afirmou ainda que o MMA buscará aproximação com públicos
210 relevantes para o processo que não tiveram participação significativa na pesquisa,
211 devido ao formato digital empregado. Entidades representativas de povos indígenas,
212 quilombolas, assentados da reforma agrária etc. serão envolvidas no processo de
213 planejamento das ações.

214 Maurício Philipp (MT) afirmou que o Estado do Mato Grosso está à disposição para
215 contribuir com o processo na coleta de novos dados e o planejamento das ações.

216 Elcio Manchineri, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representante da
217 sociedade civil organizada indicado pelo FBMC afirmou que a APIB também está
218 disposta a contribuir com o processo.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

219 Luís Piva, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema/AM), indicado
220 como representante suplente dos estados pela Abema, ressaltou a necessidade e a
221 relevância de os quadros das secretarias estaduais de meio ambiente se capacitarem
222 nos temas de REDD+. Fez menção também a um processo de articulação entre Órgão
223 Estaduais de Meio Ambiente e organizações da sociedade civil para a discussão de temas
224 relacionados a REDD+. Por fim, afirmou que o Estado do AM também está disposto a
225 contribuir com o processo.

226 Magaly Medeiros, do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços
227 Ambientais do estado Acre (IMC/AC), representante dos estados indicada pela Abema,
228 afirmou que o Estado do Acre mantém grupos de trabalho com indígenas e extrativistas
229 e que estariam dispostos a facilitar o engajamento desses atores no processo e o
230 planejamento de estratégias conjuntas.

231 Edel Tenório, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), representante
232 da sociedade civil organizada indicada pelo FBMC, lembrou que os membros da
233 CONAREDD+ indicados pelo FBMC representam diversos grupos, dada a limitação de
234 vagas para esse setor, e afirmou que a opção por meios digitais, de fato, dificulta a
235 participação de povos e comunidades tradicionais e que outras alternativas devem ser
236 empregadas nesses casos.

237 Carlos Rittl (OC) reiterou a fala de Edel Tenório (CNS) sobre a limitação de vagas para a
238 sociedade civil e chamou atenção para o grande número de sugestões e de interessados
239 em participar e questionou se haverá uma devolutiva à CONAREDD+ sobre o avanço do
240 processo.

241 Leticia Guimarães (MMA) lembrou que todos os presentes haviam recebido Termo de
242 Referência (TdR) referente ao processo de Diálogos. A pesquisa é apenas um dos
243 componentes do processo. Abordagens então sendo testadas e os resultados devem
244 enriquecer o TdR. As sugestões compartilhadas são muito bem-vindas, mas
245 contribuições dos membros ao TdR seriam de grande importância. Por fim, afirmou que
246 o MMA ainda busca parcerias com doadores para viabilizar financeiramente o processo
247 de Diálogos.

248 Maurício Philipp (MT) afirmou que os diferentes atores representados na CONAREDD+
249 devem cooperar mais no futuro. Lembrou o processo de elaboração do Plano Estadual
250 sobre Mudança do Clima de Mato Grosso realizado em 2012, que obteve participação
251 significativa da sociedade civil. Tal cooperação possibilitaria realizar mais com menos
252 recursos.

253 Letícia Turra (GCB) disse compreender a carência de recursos. Afirmou, no entanto, que
254 isso não deve justificar falta de diálogo e engajamento com a sociedade civil.
255 Reafirmando o desejo de contribuir e a necessidade de o tema ter espaço na pauta de
256 uma próxima reunião da CONAREDD+.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

257 Leticia Guimarães (MMA) chamou atenção para o fato de os membros não terem
258 encaminhado suas contribuições para o TdR quando solicitado. As sugestões recebidas
259 na reunião e discussões remotas sobre o tema gerarão novos insumos para que o
260 assunto torne a ser pautado em uma reunião da CONAREDD+. Por fim, salientou a
261 importância de os trabalhos terem continuidade no período entre uma reunião e outra.

262 Thelma Krug (MMA) afirmou que a participação dos Estados é fundamental neste e em
263 outros temas, por facilitar a aproximação com os públicos na base. Esse ponto deve ser
264 sempre pautado pela CONAREDD+.

265 Thelma Krug (MMA) consultou os membros sobre a agenda, se haveria algum pedido de
266 alteração ou inversão de item. A agenda proposta foi aprovada sem alterações.

267 **Apresentação – Programa REDD+ for Early Movers**

268 Leticia Guimarães (MMA) lembrou algumas questões procedimentais definidas pelo
269 Regimento Interno da CONAREDD+. Afirmou que os interessados em acompanhar as
270 reuniões da CONAREDD+ como observadores devem manifestar seu interesse à
271 Secretaria Executiva da CONAREDD+ por email com no máximo 5 dias de antecedência
272 à reunião. Destacou também a possibilidade de membros proporem a realização de
273 apresentações relevantes por convidados.

274 Leticia Guimarães (MMA) prosseguiu introduzindo a convidada, sugerida por Magaly
275 Medeiros (AC), Christiane Ehringhaus, Coordenadora do Programa REDD+ for Early
276 Movers (REM) do KfW - Banco Alemão para o Desenvolvimento, que realizou
277 apresentação sobre o Programa REM.

278 Carlos Rittl (OC) iniciou a sessão de perguntas questionando qual seria a origem dos
279 fundos investidos no Programa REM, se eles teriam alguma relação com o mercado
280 europeu de carbono.

281 Cristina Ehringhaus (KfW) afirmou tratar-se de recursos orçamentários da Alemanha.
282 Num primeiro momento houve utilização de fundos arrecadados com taxas sobre o
283 mercado de carbono, mas, atualmente, os fundos proveem do orçamento geral.

284 Carlos Rittl (OC) questionou qual seria a escala do programa, visto que a apresentação
285 falava em pequena escala.

286 Cristina Ehringhaus (KfW) respondeu que o governo alemão reservou 65 milhões de
287 euros para o Programa. Há ainda recursos adicionais operacionalizados pelo KfW,
288 provenientes dos doadores parceiros Reino Unido e Noruega.

289 Carlos Rittl (OC) questionou se o Programa é voltado exclusivamente para governos
290 subnacionais, ou se haveria espaço para o apoio a entidades da sociedade civil.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

291 Cristina Ehringhaus (KfW) esclareceu que a natureza da cooperação internacional
292 pressupõe, necessariamente, relações intergovernamentais. No entanto, os projetos
293 executados pelos Estados envolvem, sim, entidades da sociedade civil.

294 Carlos Rittl (OC) questionou se o Programa REM inclui atividades ligadas à restauração
295 florestal.

296 Cristina Ehringhaus (KfW) respondeu que este não é o foco do Programa mas que os
297 projetos com o Acre e com a Colômbia incluem componentes dessa natureza. Esclareceu
298 ainda que o KfW está desenvolvendo projeto com o BNDES para este fim.

299 Luís de Andrade Filho (MRE) perguntou qual instrumento jurídico foi adotado para
300 respaldar o acordo e as transferências. Considerando o enfoque estadual do Programa
301 no Brasil, perguntou se haveria esforço para harmonizar a iniciativa com as definições
302 acordadas no âmbito da CONAREDD+. Por fim, observou que há grande ênfase e
303 detalhamento na questão das salvaguardas e questionou se isso não comprometeria a
304 apropriação do projeto por parte do beneficiário.

305 Leticia Turra (GCB) questionou sobre o caráter complementar, entre FA e REM, da
306 atuação do governo alemão. Questionou se os fundos utilizados são adicionais ou se
307 seriam recursos de ajuda oficial ao desenvolvimento redirecionados para clima na forma
308 de pagamentos por resultados. Questionou sobre a autonomia dos beneficiários para
309 definir a aplicação dos recursos. Por fim, questionou se o Programa considera a
310 utilização de mecanismos de mercado no futuro.

311 Cristina Ehringhaus (KfW) respondeu que o Projeto REM com o Acre foi firmado por
312 meio de um contrato de cooperação financeira comum ao que foi adicionado um Acordo
313 em Separado do qual constam as regras para a aplicação dos recursos, termos para a
314 distribuição de benefícios etc.

315 Quanto ao alinhamento do Programa REM no Brasil com a ENREDD+ e a CONAREDD+,
316 Cristina Ehringhaus (KfW) destacou que esse era o motivo da sua presença na reunião,
317 aproximação e abertura de diálogo com essa finalidade.

318 Quanto a ênfase dada as salvaguardas no projeto com o Acre, Cristina Ehringhaus (KfW)
319 esclareceu que isso é reflexo do desenvolvimento do tema pelo próprio estado do Acre
320 e que isso não foi em momento algum imposto pela parte doadora.

321 Quanto as questões relacionadas ao Fundo Amazônia, Cristina Ehringhaus (KfW)
322 salientou que os 100 milhões de euros em doações ao Fundo, soma considerável para
323 os padrões de atuação da Alemanha no tema, demonstram o compromisso do País com
324 o FA. Ao passo que o Programa REM tem atuação na escala local, testando novas
325 abordagens que podem gerar lições valiosas sobre a implementação de REDD+.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

326 Letícia Turra (GCB) questionou se o Programa REM não colocaria ênfase excessiva na
327 métrica do Carbono, negligenciando considerações relacionadas a biodiversidade e a
328 aspectos sociais.

329 Cristina Ehringhaus (KfW) respondeu que a métrica do Carbono favorece a quantificação
330 de resultados, mas que os benefícios gerados com os pagamentos trazem impactos
331 positivos para questões relacionadas a biodiversidade e a aspectos sociais.

332 Quanto a mercados de carbono, Cristina Ehringhaus (KfW) respondeu que o Programa
333 REM não opera sob uma lógica de mercado e que caberá aos países considerar a relação
334 de REDD+ com mercados. REDD+ tem desenvolvido os instrumentos para se medir
335 resultados e para recompensar os países que produzem resultados.

336 Maurício Philipp (MT) expressou satisfação em participar da reunião da CONAREDD+,
337 em que a representante do KfW tem a oportunidade de apresentar o Programa REDD+
338 for Early Movers. Tal fato demonstra a possibilidade real dos estados, governo federal e
339 sociedade civil, construir normas e regras claras que permitam, com segurança
340 jurídica, explorar as várias oportunidades de financiamento para REDD+.

341 Luís Piva (AM) agradeceu pela apresentação e comunicou atualizações sobre a criação
342 de um fundo estadual para mudança do clima, a revisão do marco legal estadual para
343 contemplar maior participação social e o acordo de doação, de 25 milhões de dólares
344 americanos, firmado entre o governo norueguês e o Fundo da Força Tarefa dos
345 Governadores para o Clima e as Florestas. Por fim, aventou a possibilidade de o
346 Programa REM financiar a preparação de um projeto com o Estado do Amazonas.

347 Magaly Medeiros (AC) lembrou que a parceria do governo do Acre com o governo
348 alemão não está limitada ao REM, sendo esta mais antiga e abrangente. Falou sobre a
349 importância de se promover autonomia na implementação de REDD+ para os grupos
350 populacionais envolvidos, mas também para os estados. Ressaltou ainda como
351 iniciativas aplicadas inicialmente na escala estadual geraram insumos importantes para
352 a posterior estruturação de políticas na escala federal, citando a Política Nacional de
353 Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) como um exemplo.

354 Thelma Krug (MMA) destacou o papel da CONAREDD+ como fórum para discussões e
355 para a tomada de decisão sobre os temas abordados até aquele momento, contando
356 com o engajamento de todos os atores envolvidos.

357 Pausa para o Almoço

358 **Resoluções das Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs)**

359 Thelma Krug (MMA) retomou a reunião lembrando que a criação das CCTs seria objeto
360 de deliberação já na 1ª reunião ordinária da CONAREDD+, mas que não houve tempo
361 hábil naquela oportunidade. Ficou definido, porém, que haveriam 3 CCTs: 1.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

362 Salvaguardas; 2. Pacto Federativo e; 3. Captação e de Distribuição de Recursos Não
363 Reembolsáveis. As CCTs seriam criadas por meio de Resoluções de CONAREDD+ e
364 haveria uma Resolução para abordar questões de caráter mais geral sobre a criação e o
365 funcionamento das CCTs. Afirmou ainda que a meta para esta reunião seria concluir as
366 deliberações pela criação das CCTs.

367 Thelma Krug (MMA) afirmou que as 4 minutas de Resolução foram elaboradas pela
368 Secretaria Executiva da CONAREDD+ e compartilhadas previamente com os membros.
369 No entanto, após esse processo foi necessário realizar novos ajustes para harmonizar e
370 compatibilizar o conteúdo dos documentos.

371 Edel Tenório (CNS) lembrou da importância de se oferecer prazos razoáveis para a
372 análise dos documentos, de modo a permitir uma análise mais ampla por parte das
373 entidades da sociedade civil representadas na CONAREDD+. Questionou também se há
374 previsão de disponibilidade de recursos para custear a participação dos representantes
375 nos compromissos da CONAREDD+.

376 Carlos Rittl observou que tal apoio financeiro é fundamental para garantir participação
377 efetiva na CONAREDD+, apontando que essa seria uma boa oportunidade para uma
378 parceria de cooperação internacional.

379 Thelma Krug (MMA) afirmou que o MMA vem trabalhando para isso e tem mantido
380 conversas com potenciais parceiros no sentido de obter recursos para apoiar o
381 funcionamento da CONAREDD+ e de suas CCTs. Fez também um esclarecimento sobre
382 a chamada que havia sido aberta para interessados em compor as CCTs. A chamada foi
383 apenas um primeiro passo, que não se sobrepõe ao mandato da CONAREDD+ para
384 compor as CCTs.

385 Leticia Guimarães (MMA) acrescentou que houve ruído na forma como a mensagem foi
386 transmitida pelos canais de comunicação do MMA. Afirmou ainda que o processo será
387 retomado, de forma mais estruturada, com a criação das CCTs.

388 Carlos Rittl (OC) agradeceu pelos esclarecimentos e manifestou o interesse da sociedade
389 civil em participar do processo de estruturação das CCTs.

390 Thelma Krug iniciou a etapa de deliberação sobre o teor das Resoluções que seriam
391 apresentadas ponto a ponto. Iniciando pela Resolução de caráter geral sobre as CCTs.

392 **Resolução Geral das CCTs**

393 Art. 1º: aprovado sem alterações.

394 Art. 2º: aprovado sem alterações.

395 Art. 3º: Houve discussão sobre o papel dos coordenadores e dos relatores, o número de
396 coordenadores por CCT, o convite para compor as CCTs e o caráter temporário das CCTs.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

397 Os critérios de representatividade para a seleção dos integrantes suscitaram amplo
398 debate. Foi preciso buscar uma redação que equilibrasse a necessidade de se garantir
399 pluralidade com a necessidade de não promover rigidez excessiva, o que poderia
400 resultar em CCTs operando com menos membros do que inicialmente desejado. Houve
401 acordo sobre a redação desses pontos.

402 As discussões sobre a possibilidade de membros da CONAREDD+ ocuparem vaga como
403 integrantes das CCTs ocuparam tempo considerável. Aspectos como a necessidade de
404 se assegurar participação ampliada com as CCTs e questões relacionadas a um eventual
405 risco de que houvesse conflito de interesse foram abordadas. No entanto, não houve
406 tempo para que se chegasse a um consenso a respeito durante a reunião. A Secretaria
407 Executiva da CONAREDD+, MMA, ficou encarregada de elaborar opções de redação e
408 submetê-las à apreciação da CONAREDD+ para deliberação por meio digital.

409 Art. 4: Após o amadurecimento das discussões ao longo da reunião, houve acordo sobre
410 nova redação com um parágrafo único que esclarece as funções dos Coordenadores das
411 CCTs. Caberá aos Coordenadores “orientar e facilitar os trabalhos das Câmaras
412 Consultivas Temáticas.”

413 Art. 5º: Letícia Guimarães (MMA) explicou o conteúdo e a finalidade do artigo, que prevê
414 a criação de subgrupos para discutir temas específicos dentro de uma CCT. Após um
415 pequeno ajuste na redação, o artigo foi aprovado.

416 Art. 6º: Carlos Rittl (OC) sugeriu a retirada do trecho que previa reuniões presenciais em
417 Brasília. Letícia Guimarães (MMA) fez referência ao contexto de restrição orçamentária
418 para justificar a redação proposta. Carlos Rittl (OC) fez consideração sobre a
419 possibilidade de se conseguir apoio financeiro futuramente e salientou que o debate
420 sobre certos temas, como as salvaguardas, poderia ser enriquecido com reuniões fora
421 de Brasília. Houve acordo pela retirada do trecho “em Brasília”.

422 Art 7º: Leticia Turra (GCB) propôs que o prazo para convocação das reuniões presenciais
423 fosse ampliado para 30 dias, de modo a oferecer mais tempo para que os integrantes
424 planejem suas atividades. Após breve debate houve acordo pela ampliação dos prazos.

425 Art 8º: Mariana B. M. P. Sade (CC) sugeriu a retirada dos adjetivos da redação proposta.
426 Houve discussões no intuito de tornar as distinções entre o papel de Coordenador e de
427 Relator. Também foram debatidos os procedimentos para se dar publicidade aos
428 trabalhos da CCT e sobre a necessidade de os relatos sobre os trabalhos das CCTs
429 abarcarem a pluralidade das discussões e opiniões divergentes, de modo a refletirem
430 apropriadamente a riqueza das discussões. Por fim, houve acordo sobre a redação.

431 Art 9: Após breve exposição de Leticia Guimarães (MMA) sobre a finalidade do artigo,
432 de assegurar a participação dos efetivamente interessados nas CCTs, o artigo foi
433 aprovado.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

434 Art 10: A redação inicial foi considerada insuficiente. Houve discussão para
435 complementá-la com trechos para assegurar um fluxo mais contínuo de informações
436 entre as CCTs e a CONAREDD+. Após ajustes, o artigo foi aprovado.

437 Art 11: Após discussão sobre a redação e sobre quais deveriam ser os produtos finais
438 das CCTs, a redação foi aprovada com os ajustes acordados.

439 Art. 12: Houve discussão inicial sobre a definição de princípios orientadores para a
440 atuação das CCTs. O ponto chegou a ser retomado posteriormente, mas não houve
441 tempo para finalizar uma redação. A Secretaria Executiva da CONAREDD+, MMA, ficou
442 encarregada de elaborar redação e submetê-la à apreciação da CONAREDD+ para
443 deliberação por meio digital.

444 Art. 13: Aprovado sem alterações.

445 Definição dos Coordenadores das CCTs

446 Após ampla discussão entre os membros, que abordou a natureza do trabalho de
447 coordenação, as responsabilidades, a necessidade de domínio dos temas tratados, a
448 carga de trabalho etc., chegou-se a um acordo sobre quem seriam os Coordenadores
449 (ver quadro abaixo). Ficou acordado ainda que essa composição seria revista
450 periodicamente, permitindo eventuais ajustes que se façam necessários.

CCT	Instituições coordenadoras	
Salvaguardas	CNS	MRE
Pacto Federativo	SG/PR	AC
Captação e Distribuição de Recursos Não- Reembolsáveis	MF	MMA
	APIB: coordenar um dos subgrupos	

451

452 **CCT Salvaguardas**

453 Art. 1: Aprovado com a definição dos coordenadores.

454 Art. 2: Aprovado sem alterações.

455 Art. 3: Houve discussão sobre a interface do sistema sobre as salvaguardas em âmbito
456 nacional com os sistemas estaduais, entretanto, ficou acordado que esse ponto poderia
457 ser discutido na CCT Pacto Federativo. O escopo dos objetivos da CCT, os produtos que
458 ela deverá elaborar, a necessidade de haver monitoramento contínuo das salvaguardas
459 e a necessidade de se contemplar um componente de capacitação sobre as salvaguardas
460 também suscitaram debate.

461 A divisão de tarefas para a elaboração do Sumário de Informações sobre as Salvaguardas
462 foi discutida e esclarecida. A CCT deverá preparar insumos, a Secretaria Executiva da
463 CONAREDD+ deverá preparar minuta com base nesses insumos e encaminhar o



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

464 documento para revisão por parte da CCT, que finaliza o documento e encaminha para
465 a apreciação por parte da CONAREDD+.

466 Após essas discussões e os respectivos ajustes houve acordo sobre o teor do artigo.

467 Art. 4º : A redação proposta tratava de princípios orientadores para a atuação da CCT. A
468 questão foi debatida por alguns instantes, mas, por fim, houve acordo pela definição de
469 princípios que seriam aplicáveis a todas as CCTs, que constariam da Resolução Geral das
470 CCTs. Excluído.

471 Art. 4º (era 5º): Houve ampla discussão sobre quais grupos deveriam ser contemplados
472 nos critérios para a seleção dos integrantes da CCT e sobre a divisão entre os grupos
473 incluídos. A redação acordada reflete o consenso atingido acerca dessas questões e do
474 número de participantes.

475 Art 5º (era 6º): Letícia Guimarães (MMA) fez breve exposição sobre os prazos
476 estabelecidos pela UNFCCC para a submissão do relatório sobre as salvaguardas de
477 REDD+. Após breve discussão houve acordo pela aprovação do artigo com a retirada de
478 parágrafo único proposto inicialmente, que foi considerado desnecessário.

479 Art. 6º (era 7º): Aprovado sem alterações.

480 **CCT Pacto Federativo**

481 Art. 1º: Aprovado com a definição dos Coordenadores.

482 Art. 2º: Aprovado sem alterações.

483 Art. 3º: Aprovado com a incorporação das melhorias propostas no Art. 3º da Resolução
484 sobre a CCT Salvaguardas, de natureza similar.

485 Art. 4º: A redação proposta tratava de princípios orientadores para a atuação da CCT.
486 No entanto, houve acordo pela definição de princípios que seriam aplicáveis a todas as
487 CCTs, que constariam da Resolução Geral das CCTs. Excluído.

488 Art. 4º (era o 5º): Após discussão sobre os critérios para a seleção dos integrantes e o
489 total de integrantes da CCT, houve acordo sobre a redação e o Artigo foi aprovado.

490 Art. 5º (era o 6º): Não houve tempo para definir o prazo de vigência desta CCT. A
491 Secretaria Executiva da CONAREDD+, MMA, ficou encarregada de elaborar proposta de
492 redação e submetê-la à apreciação da CONAREDD+ para deliberação por meio digital.

493 Art. 6º (era 7º): Aprovado sem alterações.

494 **CCT Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis**

495 A discussão sobre o teor da minuta de Resolução foi precedida por debate sobre
496 aspectos relacionados à atuação da CCT.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

497 Ana Luiza Champloni, representante indicada pelo Ministério da Fazenda (MF), fez
498 considerações sobre o interesse dos estados na captação descentralizada, sobre o
499 alinhamento de esforços com o Fundo Amazônia e sobre a divisão dos direitos a
500 captação de pagamentos por resultados do Brasil.

501 Maurício Philipp (MT) propôs que a discussões levem em conta o acúmulo de insumos e
502 as lições aprendidas durante as discussões dos últimos anos, citando o documento
503 produzido pela Força Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas como um
504 exemplo disso.

505 Carlos Rittl (OC) observou que esse pode ser um ponto de partida, mas que as discussões
506 envolverão agora novos atores e que deverão evoluir.

507 Maurício Philipp (MT) afirmou que a questão dos créditos jurisdicionais não havia sido
508 contemplada na redação da minuta de Resolução proposta.

509 Carlos Rittl observou que o parágrafo único do Artigo 3º previa a inclusão de novos
510 temas e produtos e que a questão da abordagem jurisdicional já havia sido incluída no
511 escopo de atuação da CCT Pacto Federativo.

512 Art. 1º: Aprovado com a definição dos Coordenadores.

513 Art. 2º: Aprovado sem alterações.

514 Art. 3º: Aprovado com a incorporação das melhorias propostas no Art. 3º da Resolução
515 sobre a CCT Salvaguardas, de natureza similar.

516 Letícia Turra (GCB) pediu a palavra para deixar considerações finais antes de se retirar.
517 Observou que a composição da CCT Salvaguardas deveria incluir integrantes de
518 comunidades que convivessem com impactos efetivos de políticas, ações ou projetos
519 relacionados a REDD+. Quanta a composição da CCT Captação e Distribuição de
520 Recursos Não Reembolsáveis, observou que esta deveria contemplar a participação de
521 integrantes envolvidos na implementação de pequenos projetos, fundos de pequena
522 escala etc., que poderão enriquecer as discussões com sua experiência em lidar com as
523 exigências e complexidades para a implementação sob instrumentos existentes.

524 Art. 4º: A redação proposta tratava de princípios orientadores para a atuação da CCT.
525 No entanto, houve acordo pela definição de princípios que seriam aplicáveis a todas as
526 CCTs, que constariam da Resolução de caráter geral. Excluído.

527 Art. 4º (era o 5º): Não houve tempo para definir os critérios para a composição desta
528 CCT. A Secretaria Executiva da CONAREDD+, MMA, ficou encarregada de elaborar
529 proposta de redação e submetê-las à apreciação da CONAREDD+ para deliberação por
530 meio digital.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

531 Art. 5º (era o 6º): Não houve tempo para definir o prazo de vigência desta CCT. A
532 Secretaria Executiva da CONAREDD+, MMA, ficou encarregada de elaborar proposta de
533 redação e submetê-la à apreciação da CONAREDD+ para deliberação por meio digital.

534 Art. 6º (era 7º): Aprovado sem alterações.

535 Letícia Guimarães (MMA) informou que o processo de aprovação das Resoluções
536 discutidas na reunião seguiria o mesmo procedimento adotado durante a 1ª reunião
537 ordinária da CONAREDD+, com a Secretaria Executiva incorporando os ajustes,
538 apresentando propostas para as pendências, com base no que foi discutido, e enviando
539 o texto atualizado para apreciação pelos membros por meio eletrônico.

540 Às dezoito horas, Thelma Krug (MMA) agradeceu a todos os presentes e deu por
541 encerrada a reunião.

542

543 **Encaminhamentos:**

544 • *Ata 1ª reunião ordinária: Aprovada, apenas com o ajuste de listar os presentes*
545 *no início do documento. Publicação no site REDD+ Brasil.*

546 • *Sugestão de pauta para a próxima reunião: ENREDD+ e Fundo Amazônia,*
547 *Diálogos com a sociedade sobre REDD+, FREL-Cerrado, GCF.*

548 • *Membros da CONAREDD+ enviar comentários ao TdR de Diálogos já*
549 *encaminhado pela Secretaria Executiva.*

550 • *Secretaria Executiva faz os ajustes e proposições nas Resoluções e envia para*
551 *manifestação dos membros da CONAREDD+.*

552 • *Secretaria Executiva prepara modelo do Plano de Trabalho para as CCTs.*

553 • *Secretaria Executiva prepara cronograma para aprovação das resoluções e*
554 *chamada pública para composição das CCTs .*

555